



O papel da Educação Ambiental diante dos modos de vida insustentáveis da contemporaneidade

Patricia María Ingrasiotano¹
José Marcelo Freitas de Luna²

Resumo: Frente aos modos de vida insustentáveis da contemporaneidade este estudo se propôs compreender práticas de organização social pré-patriarcais, decorrentes de um princípio feminino genetriz, a fim de integrar seus contributos às discussões da EA. Documentos ambientalistas e teológicos foram examinados, assim como a pré-história e sua iconografia sagrada feminina a partir dos dados apresentados por Leroi-Gourhan (1968), Gimbutas (1997), Eisler (1998) e Mellart (2000). Agamben (2009), Boff (1999, 2003, 2013), Sauvé (2016), Pereira (2016), Dittrich (2001), Duarte Jr. (2010), dentre outros, subsidiaram as reflexões. Os antigos organizavam-se a partir da concepção de uma força criadora imanente à Terra, que os dotava da habilidade de saber habitar. Apropriar-se de esse saber pode considerar-se uma contribuição fundamental na inversão axiológica apontada por Pereira (2016) como o grande desafio da EA.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Culturas Pré-patriarcais. Saberes sensíveis.

The role of environmental education in the face of unsustainable lifestyles of contemporary

Abstract: Front to unsustainable lifestyles of contemporary, this study proposed to understand practices of pre-patriarchal social organization resulting from a female principle genetriz, in order to integrate their contributions to the discussions of Environmental Education (EE). Environmentalists and theological documents were examined, as well as the pre-history and its sacred feminine iconography from the datas presented by Leroi-Gourhan (1968), Gimbutas (1997), Eisler (1998) e Mellart (2000). Agamben (2009), Boff (1999, 2003, 2013), Sauvé (2016), Dittrich (2001), Duarte Jr. (2010), among others, subsidized reflections. The ancients organized from the

¹ Psicóloga. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação -PPGE- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade - GEEAS. E-mail: patricia.ingrasiotano@gmail.com

² Graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1985); mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990), doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1999); e pós-doutorado, entre 2010 e 2011, na Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos). Atualmente, é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: mluna@univali.br

conception of a creative power immanent to the Earth that endowed the ability to know live. Take ownership of this knowledge can be considered fundamental contribution to the axiological reversal pointed out by Pereira (2016) as the great challenge of Environmental Education.

Keywords: Environmental Education. Pre-patriarchal Cultures. Sensitive knowledge.

INTRODUÇÃO

Foi muito impactante para mim quando deparei com a imagem que vou descrever. Uma mulher nua em estado meditativo, porém acocada parindo uma criança. Tratava-se de Deus dando à luz (*God going birth*), como sua autora denominou a obra para salientar, de forma irônica, quem foi mesmo responsável pela parição do mundo: um Deus feminino, ou seja, uma Deusa Mãe. Logo soube que Monica Sjoo, artista plástica norte-americana, foi presa quando, no ano 1968, bem no começo do movimento de Espiritualidade Feminina, apresentou sua pintura *God going birth*.

Na minha busca pelo autoconhecimento, já tinha escutado falar de um grupo de mulheres dedicadas aos estudos da Espiritualidade Feminina, cuja protagonista era a Deusa, porém achei que fosse um daqueles grupos de esnobes que vão com a moda. Confesso que até o nome me arrepiava: dizer Deusa, o que é isso aí? Vai que seja uma coisa pagã! Mas, sinceramente, naquele momento da minha vida, pouco ou nada sabia, sequer do paganismo, e menos ainda da raiz profunda da qual derivavam suas práticas. Refiro-me, por exemplo, ao fato de reverenciar uma Deusa Mãe parideira do mundo. Deusa imanente, viva, terra, pois é a própria natureza do universo se manifestando através das suas mais variadas formas de expressão: suas criaturas.

Da imagem inicial à obra de Riane Eisler (1998), que logo me foi apresentada, os fios da minha interioridade começavam a liar-se uns com os outros e a tecer a trama dos sentidos, de novos sentidos, à medida que outras formas de convivência eram desenterradas. De forma minuciosa, a autora apresenta achados arqueológicos realizados a partir de 1960, nos quais se salientam as formas de convívio pacíficas, sem hierarquias e cíclicas que se depreendem das configurações iconográficas encontradas nas escavações de sítios que foram habitados no paleolítico superior e no neolítico e das semelhanças mantidas apesar das distâncias de milhares de quilômetros entre as diversas escavações.

Assim como estas descobertas me levaram a perceber a terra como um grande corpo feminino, e a reconhecer a manifestação do princípio sagrado feminino em mim, e nos outros, uma vez que me permitiram integrar saberes até então omitidos, agora me instigam a realizar esta pesquisa. Com base nisto, e diante dos modos de vida

insustentáveis da contemporaneidade, nos propomos compreender como as práticas de organização social pré-patriarcais decorrentes de um princípio feminino genetriz podem contribuir na produção de novos sentidos de cuidado de si e planetário, a fim de integrá-los às discussões da Educação Ambiental (EA).

Iniciamos a caminhada, revisando alguns dos principais documentos que debatem/exortam/guiam a viver uma vida sustentável, tais como A Carta de Belgrado, de 1975, Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi, de 1980, O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, de 1992, A Carta da Terra, de 2003 e A Encíclica Papal *Laudato Si*, de 2015. A seguir examinaremos a pré-história e sua iconografia sagrada feminina, a partir dos dados sistematizados por Eisler (1998) a partir dos achados de Leroi-Gourhan (1968), Gimbutas (1997) e Mellart (2000), na procura de inferir com base nesses achados a hermenêutica do sujeito pré-histórico.

Subsídiam as reflexões autores como Giorgio Agamben (2009), Leonardo Boff (1999, 2003, 2013), Edgar Gaudiano (2015), Lucie Sauvé (2016), Vilmar Alves Pereira (2016), Maria Glória Dittrich (2001), João Francisco Duarte Jr. (2019), dentre outros.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental por considerar-se um dos procedimentos decisivos para a pesquisa em ciências sociais e humanas, na medida em que permite complementar informações obtidas por outras técnicas, como também permitindo dar visibilidade a aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). A análise documental é a metodologia mais adequada para este estudo, pois opera a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, sejam fontes escritas ou não, cuja autenticidade seja reconhecida pela comunidade científica. Santos (2000) exprime uma ampla gama de documentos viáveis a serem analisados por esta técnica, a saber: tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos e obras originais de qualquer natureza, seja pintura, escultura, desenho, entre outras.

A revisão bibliográfica realizada inicialmente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) trouxe duas dissertações e uma tese de doutorado que discutem a relação entre a mulher e a sustentabilidade em diversos campos de conhecimento. Uma

das dissertações, intitulada “Ética sensível ao cuidado”, discute a noção do cuidado como uma categoria ética a partir da visão do ecofeminismo (ROSENDO, 2012), a outra, intitulada “Mulher e o meio ambiente” (ARAÚJO, 2014), discute a relação da mulher com o meio ambiente tal como aparece no romance *Terras do sem fim*, do escritor Jorge Amado. A tese de doutorado, filiada ao campo de conhecimento das Ciências Sociais, trata do feminino como princípio gestador, e, portanto, plausível de gestar uma administração diferenciada. Esta intitulada “Princípio feminino gestador: uma nova abordagem na gestão” (MOTTA, 2009).

Posteriormente, ampliando os campos de busca, encontramos dois trabalhos, sendo um deles uma tese de doutorado e o outro, uma dissertação. Inseridas no âmbito da Educação, ambas discutem a relação do homem com a natureza. O primeiro, denominado “A relação homem-natureza, a fenomenologia do cuidado e a dimensão formativa” (MEDINA, 2011), discute as práticas de humanas de cuidado em relação com a natureza, como fenômeno constitutivo da dimensão formativa. O outro, intitulado “Saberes ancestrais indígenas dos Tapeba de Caucaia-CE: contribuições e diálogos com a educação ambiental dialógica” (XIMENES, 2012) trata de saberes ancestrais, ainda vivos na cultura de um povo, cuja ética de convivência se estabelece a partir de relações de cuidado.

A partir desta revisão, percebemos que na Educação, o princípio feminino genetriz fica diluído nas entrelinhas, tais como na dissertação que trata da ancestralidade. Sendo assim, a proposta de trata-lo à luz da EA, está justificada.

Dito isso, tomamos como base da nossa análise os documentos referidos e desenvolvemos dois núcleos temáticos norteadores, um deles, denominado *Arranjos contemporâneos: Cartas e Exortações*, pelo qual examinamos os sentidos do cuidado produzidos no solo das discussões da educação ambiental, a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, até a atualidade, com base em cartas e documentos selecionados cronologicamente de acordo com a relevância sócio-política quanto à apreciação da vida. No segundo eixo, denominado: *Arranjos pré-patriarcais: a casa da Deusa*, examinamos as informações a respeito da organização social das culturas pré-patriarcais ligadas a um princípio feminino genetriz, e deduzimos os sentidos de cuidado de si e planetários emergentes de tal relação.

Arranjos contemporâneos: Cartas e Exortações

Os modos de viver na contemporaneidade não contemplam os cuidados de si nem do planeta. Esta falta de cuidado é “o estigma de nosso tempo”, um fenômeno coletivo que

se conforma a partir de três processos psicossociais: “do descuido, do descaso e do abandono” (BOFF, 1999, p. 15-18).

Na medida em que negligenciamos às nossas necessidades de cuidado, omitimos as necessidades dos outros. Nesta conjuntura, as relações entre as pessoas vão perdendo solidez. Como fala Baumann (2003), vivemos no tempo das relações líquidas, sem comprometimento e de fácil diluição.

Os habitantes da terra, não humanos, tais como os reinos minerais, vegetais e animais também sofrem os embates da nossa liquidez relacional. Isto se traduz na desconexão com a vida, e o vivo, de modo a produzir alterações planetárias que comprometem a continuidade da vida sobre a terra. Artaxo (2014) e Jacobi (2014) afirmam que atingimos um estágio em que as forças humanas atuam a par das influências geológicas, influenciando, inclusive, as mudanças na composição da atmosfera, inaugurando-se assim uma nova era geológica, o Antropoceno.

Na mesma propositura, grupos de cientistas alertam dos perigos que podem levar-nos à extinção. Os estudos de Rockström *et al.* (2009) dedicados a identificar e quantificar os limites de segurança no planeta, mostram índices em que os ecossistemas foram transbordados na sua capacidade de suporte. Isto em razão dos impactos gerados pela intervenção humana. Seus apontamentos incluem o comprometimento do solo e da biodiversidade, assim como das águas, ora pela acidificação dos oceanos, ora pela escassez de água doce. Quanto à atmosfera, mencionam a contaminação por nitrogênio, a concentração de CO₂, as mudanças no ciclo do fósforo e a depleção da camada de ozônio.

No que tange a educação ambiental, a preocupação com a subsistência do planeta e a preservação das suas formas de vida, vem de longa data. Alencastro e Souza-lima (2015) apontam a década de 1960, a partir das obras de Carson e dos movimentos ambientalistas, como o período em que a educação ambiental ganha inspiração. Até que anos mais tarde, na Conferência de Estocolmo realizada em 1972, passa a ocupar um lugar na agenda internacional.

Considerando que a educação ambiental é uma modalidade da educação que se ocupa de promover valores éticos a fim de “despertar a sociedade para um compromisso individual e coletivo de respeito e de responsabilidade com o ambiente” (ALENCASTRO e SOUZA-LIMA, Op. cit., p. 21), nos orienta a desenvolver uma noção compartilhada de cuidado precedida por um saber cuidar. Dito de outro modo, isto implica em “percorrer um longo caminho de conversão de nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e

públicos, culturais e espirituais” a fim de superarmos a crise de adolescência (BOFF, 1999. p. 17), que nos mantem estagnados na reprodução do *status quo*.

Desse modo, nos propomos, neste eixo, examinar os sentidos do cuidado exprimidos em alguns dos documentos produzidos no solo das discussões ambientais, a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, até a atualidade.

Os documentos a seguir, selecionados em ordem cronológica, conformam o *corpus* que iremos explorar: A Carta de Belgrado de 1975, Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi, de 1980, O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global de 1992, A Carta da Terra de 2003 e A Encíclica Papal de 2015.

Destacamos em princípio a Carta de Belgrado, redigida no contexto do Seminário Internacional de Educação Ambiental, em 1975, por tratar-se do primeiro documento que contextualiza a situação ambiental planetária e proclama a necessidade de se pensar em outra ética, sendo esta a partir da mudança dos sistemas educativos. Na introdução da carta podemos ler

É necessário desenvolver uma nova ética universal, e uma ética para os indivíduos e para as sociedades, relativa ao papel desempenhado pela humanidade na biosfera, uma ética que reconheça e sinta vivamente as relações complexas e em contínua evolução, dos seres vivos entre si e com a natureza (...) Acima de tudo exigirá a garantia de uma paz perpétua através da coexistência e cooperação entre nações com sistemas sociais diferentes (UNESCO; PNUA, 1975, p. 2-3).

A Carta promove uma ética sensível, imanente aos processos vitais de geração contínua com base em relações complexas. Todavia, situa essa ética no contexto da paz, que precisa ser garantida mediante a coexistência e a cooperação.

Ainda na introdução o documento ressalta

A reforma dos processos e dos sistemas de educação é essencial para a elaboração desta nova ética do desenvolvimento e da ordem económica mundial. (...) Os governos e os responsáveis políticos podem ordenar mudanças e, as novas concepções de desenvolvimento podem começar a melhorar a situação mundial, mas tudo isto não passará de soluções a curto prazo, se os jovens de todo o mundo não receberem um novo tipo de educação que exigirá o estabelecimento de relações novas e criativas entre alunos e professores, entre as escolas e a comunidade, e entre o sistema de educação e a sociedade no seu conjunto.

Salta à vista, a partir desse recorte, o peso colocado no foro dos sistemas educacionais, ao ponto de demarcar as ações governamentais não como constituintes, senão subsidiárias de uma reforma educativa contundente, que responda às necessidades da sociedade, e com isso, a afirmação de relações outras; ousadas, originais.

Em 1980 o documento “Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi”, publicado pela UNESCO, a partir das discussões da Conferência Intergovernamental sobre Educação ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, em 1977, aponta uma série de recomendações que conformam um referencial contundente para a educação ambiental. Destacamos, dentre os quarenta e um itens tratados, uma retomada em direção ao sentido da complexidade que implica em compreender com olhar sistêmico as inter-relações que envolvem o homem, seu meio natural e construído, seus aspectos biofísicos e sociopolíticos. Com esse apontamento, claro está que o viés da interdisciplinaridade precisa nortear a educação ambiental, a fim de conseguir encontrar soluções e gerenciar os recursos a fim de primar pela qualidade de vida da coletividade planetária (ALENCASTRO e SOUZA-LIMA, Op. cit., p. 23).

No Brasil, paralelo à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92), aconteceu o Fórum Global das ONGs, organizado pelos movimentos sociais e entidades ambientalistas do mundo, o que gerou dentre outros documentos, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a primeira versão da Carta da Terra.

Referente ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, em seu preâmbulo, dentre outras questões apresentadas, destaca o comprometimento com o cuidado do planeta e suas formas de vida, para o qual o protagonismo da educação é essencial, tanto e seu papel de formadora de valores, como promotora de ação social. Com base nesse reconhecimento firma um compromisso explícito com o processo educativo transformador, nos seguintes termos

Através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta. (...) consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida. (TEAS, 1992, p. 193-4).

Como identificamos no trecho anterior, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, demanda uma educação ambiental que se ocupe de conduzir o sujeito a uma maior consciência de si como passaporte para chegar à consciência planetária.

Avançando na exploração do documento, e já apontando os princípios norteadores da Educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, enfatiza que a educação ambiental, uma vez individual e coletiva, tem o propósito de

formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. (...)

A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. (...)

A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais. (TEASS, Op. Cit., p. 194-5)

Vemos aqui que a finalidade recai no comprometimento ético-político de criar, mediante a cooperação e o diálogo, “novos modos de vida” que atendam as necessidades da comuna terrestre. Necessidades estas que partem da constituição de um sujeito com consciência local, para logo adquirir a consciência de um todo maior. Assunto que discutiremos mais a frente.

Revisamos a seguir a Carta da Terra cuja historia remonta a 1987, quando a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, redige o documento denominado “Nosso Futuro Comum” e sugere a produção de um documento que venha a dar suporte ao desenvolvimento sustentável para o século 21, a fim de consolidar a justiça social, a sustentabilidade e a paz, à nível planetário. Com base nessa petição, e logo de redigida a primeira versão, passaram-se 8 anos, contando com o apoio e a adesão de mais de 4.500 organizações, além de cidadãos de todas as partes do mundo, incluído cientistas de diversas áreas do saber, até se chegar à versão final apresentada no Palácio da Paz, em Haia, no ano 2000 até que em 2003 é assumida pela UNESCO. O documento apresenta 15 princípios gerais orientados pelo respeito e cuidado com as comunidades de vida; da integridade ecológica; da justiça social e econômica; e da democracia pela paz e não violência. No preâmbulo, podemos ler

Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. (...) ou fazemos uma aliança global para cuidar uns dos outros e da terra ou corremos o risco de nossa autodestruição e da devastação da diversidade da vida (UNESCO, 2003).

Percebemos aqui um apelo claro ao cuidado como salvo-conduto diante dos riscos ambientais de aniquilamento coletivo. Trata-se de um saber cuidar que sinaliza um

posicionamento político que precisa incorporar valores éticos, tais como o respeito, os direitos universais, a justiça econômica e a paz.

Destacamos ainda que ao discorrer sobre a responsabilidade social, o texto abre lugar a sentidos até então inexplorados: os sentidos do sagrado e da espiritualidade, da valorização da experiência estética e da beleza, de humildade, de reverência, de gratidão pelo mistério que envolve a vida, e da necessidade de celebrá-la. Isto nos ajuda a redimensionar a condição humana diante do enigma que a sustenta, como referimos na citação abaixo

O espírito da solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo presente da vida, e com humildade, considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza (UNESCO, Op. cit., p.2).

Todavia, no Princípio n.4, podemos entender uma exaltação de valores éticos e estéticos adjudicados a Terra, e a necessidade de preservá-los e reproduzi-los para além do nosso próprio ciclo de vida, como podemos ler a continuação

Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra (UNESCO, Op. cit., p.2).

Por fim, o documento encerra com uma convocatória, que se pode entender como uma normativa, mais calcada no compromisso e na esperança de “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência diante da vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida” (UNESCO, Op. Cit., p.7). Para Gaudiano e Katra (2009, p. 52) a Carta da Terra é um código deontológico que emerge da necessidade de consolidar um corpus normativo, orientador de condutas, face às dificuldades ambientais, e isso podemos afirmar. Consideramos ainda que seu estatuto passe o viés prescritivo/orientador de preceitos morais e éticos de convivência e preservação, para tornar-se uma delicada provocação ao despertar de uma humanidade numinosa³.

Tomamos agora o último documento que nos ocupa, a carta encíclica Papal, “*Laudato si'*: Sobre o Cuidado da Casa Comum”, foi publicada oficialmente em 18 de junho de 2015 (PAPA FRANCISCO, 2015). Tal como outras instituições, a Igreja católica, mediante a figura do seu líder religioso, propõe-se a superar ideologias e implica-nos a

todos, enquanto humanos viventes na casa comum. Assim enuncia no início do documento, intitulado “O meu apelo”,

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. (...) Precisamos de nova solidariedade universal (PAPA FRANCISCO, Op. cit., p.13).

Assim reitera questões que foram abordadas na Carta encíclica *Centesimus annus*, redigida no ano 1991 pelo Papa João Paulo II, ao sinalar a abrangência das mudanças necessárias a fim de cuidar e melhorar o mundo, sendo estas “mudanças nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem a sociedade” (PAPA FRANCISCO, Op. Cit., p.6).

A carta encíclica se estabelece sobre subsídios científicos que permitem explorar a crise ecológica, o chamado à liderança mundial, o embasamento religioso judeu-cristão e um apelo coletivo a rever os modos de viver sobre a terra. Trata também de forma transversal, na íntegra do corpus, de assuntos que, segundo o Papa, nunca ficam esgotados, sendo esses os que referimos na citação abaixo

a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos (PAPA FRANCISCO, Op. Cit., p.16).

Tais assuntos, de acordo com o Papa Francisco, não são produto do acaso, como podemos ler na continuação do texto, quando menciona “a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte” e agrega da necessidade dos líderes mundiais concatenar ações coletivas que detenham o abuso e os privilégios para poucos e “propor um novo estilo de vida” Isto implica em gerir políticas de sustentabilidade que contemplem tanto as desigualdades sociais, políticas e económicas, quanto se comprometam com ações fiscalizadoras de proteção ao meio ambiente (PAPA FRANCISCO, Op. cit., p.16).

De outro lado, o Papa Francisco nos situa frente a uma dimensão limitada do humano que precisa ser bem compreendida para conseguirmos avançar no sentido traçado pela carta encíclica e pelos documentos que a precedem, todos já referidos. O texto papal, em particular, destaca que

O ser humano não é plenamente autónomo. A sua liberdade adocece, quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal. Neste sentido, ele está nu e

exposto frente ao seu próprio poder que continua a crescer, sem ter os instrumentos para o controlar. Talvez disponha de mecanismos superficiais, mas podemos afirmar que carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contenham dentro dum lúcido domínio de si (PAPA FRANCISCO, Op. cit., p. 86-87).

Como se pode depreender do trecho acima, a prerrogativa é contarmos como sociedade, de uma ética, de uma cultura e de uma espiritualidade que atuem como continente dos processos de hominização a fim de que o homem consiga o domínio de si e conquiste sua autonomia. Enquanto isso, o risco do homem se perder é grande, pois as forças instintuais que lhe impelem, obscurecem seu discernimento ao ponto deste não perceber a destruição do seu próprio lar, seu único lar, a Terra.

Arranjos pré-patriarcais: a casa da Deusa

Apesar dos esforços reflexivos, materializados em documentos consistentes, como os que foram apresentados no eixo anterior, nossa falta de resolutividade frente aos problemas socioambientais é evidente. Isso nos fez pensar na necessidade de uma retomada de memória, uma volta ao passado remoto em busca de pistas do que outrora poderia ser considerada uma vivência comunitária significativa, referimo-nos aqui a dados antropológicos que denotem práticas de bem-comum, relações ecossistêmicas de cuidado. Iniciamos a busca resgatando os apontamentos de Riane Eisler (1998), citados em sua obra “O Cálice e a Espada”, por tratar-se de um trabalho pioneiro que compila os achados arqueológicos de culturas pré-patriarcais, posteriores à segunda guerra mundial.

Frisamos o período pós-guerra a fim de justificamos nossa escolha temporal. Ao todo, três ocorrências concatenadas nesse período permitiram analisar os achados pré-históricos desde outra perspectiva, sejam esses, a ressignificação da arqueologia, a incorporação da modalidade interdisciplinar em pesquisas, e a evolução das tecnologias de datação, que serão desenvolvidas a continuação.

Ao mencionar a ressignificação da arqueologia referimos, que apesar de esta existir como ciência desde o século XIX só a partir do pós-guerra se sistematiza a fim de recolher informações a respeito das formas de viver, pensar, produzir e organizar a vida social dos nossos ancestrais. Também, nesse período, se afasta da intencionalidade que a acompanhava de, tão somente, desenterrar tesouros.

Concomitantemente, no período pós-guerra, ganham força as pesquisas interdisciplinares, compostas por grupos de cientistas de diversas áreas, tais como a

zoologia, a botânica, a climatologia, a antropologia, a paleontologia e a arqueologia, que permitem discutir os fenômenos a partir de diversos olhares e ampliar as discussões.

O terceiro fato pós- guerra que contribuiu para a compreensão do passado, por provocar uma reavaliação nas sequências de medição do tempo, foi o avanço tecnológico. A datação com radiocarbono ou C-14 e a dendrocronologia, técnica de análise de datas a partir da circunferência das árvores, deflagraram uma mudança conceitual sobre a pré-história na medida em que a precisão das técnicas de medição evitava a distorção de atribuir pertencimento a um período mais novo ou mais antigo, segundo o desenvolvimento artístico ou tecnológico do objeto analisado (EISILER, 1998).

Dito isso, esclarecidas estão as condições de produção de conhecimento que possibilitaram, na década de 1960, a Andre Leroi-Gourhan revisar as antigas avaliações sobre o paleolítico superior (LEROI-GOURHAN, 1968), assim como a James Mellart demonstrar que o berço da civilização não se condensa no Egito e na Mesopotâmia, senão em vários pontos do planeta cujas origens se remontam ao neolítico. Constatação que procede da descoberta de dois sítios neolíticos das planícies de Anatólia, Çatal Hüyük e Hacilar, atual Turquia, na segunda metade da década dos anos 60 (MELLART, 2000).

Os achados de ambos os pesquisadores alongaram nossa concepção de tempo enquanto a história da civilização, como Eisler (Op. cit., p.45) explica

Medimos em séculos o tempo que nos ensinaram como sendo o da história humana. Mas a extensão do segmento primitivo de uma história bem diferente é medida em milênios. O paleolítico remonta a um período superior a trinta mil anos. A era neolítica da revolução cultural aconteceu há mais de dez mil anos. Çatal Hüyük foi construída há 8.500 anos. E a civilização de Creta caiu só há 3.200 anos.

Junto disso derrubaram as arcaicas concepções sobre os habitantes dos Balcãs, até então chamados de bárbaros, ao desvendar culturas altamente desenvolvidas, pacíficas e integradas à terra, com domínio da agricultura e domesticação dos animais, com formas de organização social e tecnologia que sustentavam a vida, como complementa a autora

Nesse espaço de milênios — muitas vezes superior à história medida em nossos calendários desde o nascimento de Cristo —, na maior parte das sociedades europeias e do Oriente Próximo enfatizavam-se as tecnologias que sustentavam e desenvolviam a qualidade de vida (EISLER, Op. cit., p.45).

Desse modo, ao contestar a temporalidade e qualidade tecnológico-relacional dos primórdios culturais, os novos achados arqueológicos dão visibilidade à lente opaca com a qual, ainda na atualidade, continuam filtrando-se as verdades apontadas como bases constitutivas da história. Sendo que a distorção não se limita ao erro cifrado em escalas de

milhar, incompreensível diante das tecnologias de medição acuradas, envolve também a omissão de formas de vida ginocêntricas, sustentadas na agricultura, caça, pesca e domesticação de animais, com planejamento urbano comprovado, altamente desenvolvido na organização social, religiosa e artística. Estes povos não apresentavam hierarquizações de gênero, e suas expressões de arte e religiosidade exibem uma simbologia desenvolvida cuja centralidade é feminina e sobrenatural. Assim constatam as análises de milhares de estatuetas, realizadas por Leroi-Gourhan (1968), recolhidas em sessenta cavernas paleolíticas. Complementam a explorações de James Melart em Çatal Hüyük, ao encontrar vestígios que sinalizam modalidades de trabalho cooperativo e inclusivo, nas quais diversos grupos étnicos trabalhavam para o bem-comum (MELLART, 2000). Podemos pensar que ofuscar essa verdade consolida o discurso hegemônico, que alia às formas sociais de dominação e controle ao desenvolvimento da agricultura. Concorda Eisler (Op. cit., p. 24) quando afirma que

a visão prevalente ainda é de que a dominação masculina, a propriedade privada e a escravidão eram todos subprodutos da revolução agrícola. E esta visão se mantém a despeito da evidência de que, ao contrário, a igualdade entre os sexos — e entre todas as pessoas — era a norma geral no período neolítico.

O escamoteio da informação não é a única das dificuldades apontadas pelos pesquisadores quanto à apropriação dos seus achados pela comunidade científica. Distorções interpretativas desafiam a Marija Gimbutas (1997) quando analisa a iconografia neolítica, rica em produções artístico-religiosas ligadas ao corpo feminino. Evidências físicas palpáveis, nas quais os corpos femininos férteis talhados ou desenhados em pedra parecem ser a prerrogativa da linguagem sensível das civilizações neolíticas, foram catalogadas como representações fálicas ou voltadas ao erotismo masculino, tais como as representações que categorizou como estatuetas femininas com “Partes do corpo exageradas”. Dentro desta categoria encontra-se uma estatueta desenterrada de um sepulcro, na cidade de Donja Branjevina, perto de Osijek, Sérvia, datada entre 6000-5800 a.C, com triângulo púbico duplamente marcado e dimensões de coxas e nádegas desproporcionadas em relação ao resto do corpo, a qual, longe de circunscrever-se a uma sugestão erótica, alarga-se para conter um ovo dentro ventre. Sob análise acurada, a estatueta revela um simbolismo duplo de regeneração e renascimento (GIMBUTAS, 1997), um modo de conceptualização generalizada na arte dos antigos que reflete a compreensão do confronto entre o humano e o animal, entre o natural e o sobrenatural, e também sua

união a modo de uma economia orgânica para a sobrevivência (LEROI-GOURHAN, 1968).

Mencionamos, por fim, um eixo balizador que acompanhou o trabalho arqueológico *in locos* de Guimbutas. Manifestações culturais, de figuras e estatuetas, foram destacadas pela pesquisadora por encontrar-se acomodadas em forma ritual, seja em recintos, nos cômodos das casas, em túmulos e em locais comuns destinados a cultos religiosos ou celebrações comunitárias, como deixa claro o parágrafo a seguir

Nossos ancestrais Neolíticos não só criaram estatuetas representando divindades, sacerdotisas, ou outra personagem mítica. Eles também encenaram rituais com essas estatuetas. Os descobrimentos não só incluem figuras para representar deusas e deuses, senão tronos, vasos, mesas cerimoniais, moveis, instrumentos musicais, até mesmo templos em miniature. Tais templos em miniature preservam os protótipos, adicionando uma dimensão extra ao registro arqueológico (GIMBUTAS, Op. cit., p.4-tradução nossa).

Referimos aqui às milhares de imagens encontradas, esculpidas em pedra, e pintadas em cavernas, cujo elo comum é a prevalência da simbologia feminina, sempre manifestando o princípio gerador de vida, dos ciclos de avanço e retorno, da dissolução, da regeneração, da reprodução e da espiritualidade. Dentre esses achados destacamos as que foram consideradas protótipos de Vênus, em diversas versões, tais como a “Fêmea geométrica com cabeça de pássaro sujeitando um espelho”, pintada em alfareria 3.000 a. C, encontrada na Mesopotâmia, a “Sacerdotisa com cabeça de pássaro em terracota com braços alçados”, anterior a 3.000 a.C., encontrada no Egito pré-dinástico e a “Fêmea com cabeça de pássaro sustentando seus peitos”, encontrada em Chipre, 2.500 a.C. (NOBLE, 1991, p. 5 - tradução nossa). Outras, com mistura de mulher e animal, em geral ursos, serpentes, sapos, tais como o “Urso em forma de lâmpada”, 6.000 a.C., encontrada na costa do Adriático, Croácia, e a “Estatueta com membros em forma de cobra”, procedente da cultura Vinca, 4900-4800 a.C., encontrada perto de Belgrado (GIMBUTAS, Op. cit., p. 15- tradução nossa). Assim como as mulheres de corpos volumosos como a “Vênus de Willendorf”, esculpida em pedra caliza, encontrada na Áustria, 20.000 a.C., a “Vênus de Menton”, de roxa vidrada e a “Vênus de Lespugne”, talhada em marfim, ambas imagens datadas em 15.000 anos a.C, encontradas na França (NOBLE, Op. cit., p. 6 - tradução nossa). Figuras performáticas que remetem a rituais religiosos e celebratórios sejam estes regenerativos ou reprodutivos de acordo com as configurações das obras, e os locais onde foram desenterradas, inclusive marcando uma questão hierárquica, ou de elevação do

feminino, em face à altura das câmaras elevadas onde foram retiradas as estatuetas (LEROI-GOURHAN, 1968).

RETORNAR ÀS ORIGENS: REFLEXÕES FINAIS

Iniciamos esta caminhada no intuito de compreender como as práticas de organização social pré-patriarcais decorrentes de um princípio feminino genetriz podem contribuir na produção de novos sentidos de cuidado de si e planetário, a fim de integrá-los às discussões da EA.

Em um primeiro momento revisamos documentos ambientalistas e um teológico, todos já apresentados, procurando exprimir os sentidos de cuidado explícitos e/ou anunciados nos mesmos. Percebemos a agudeza das análises que deram materialidade aos referidos documentos, sustentados em princípios éticos e inspiradores de valores morais. Buscamos o auxílio teórico de Boff (2003), com o qual compreendemos que a ética é a parte da filosofia que “considera questões de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades”, enquanto que a moral refere à concretude da vida, é a “prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos (...) valores consagrados” (BOFF, 2003, p.37). Podemos afirmar que a ética e a moral são ambas constitutivas das relações, seja do homem frente a seu próprio espelho, frente aos outros, e à casa comum, a Terra. Desse modo, ética e moral se configuram nos escritos, para orientar trilhas a ser seguidas, tais como o respeito, o reconhecimento dos direitos universais, a consolidação da justiça econômica e a proclamação da paz mundial, como encontramos de maneira unânime em todos os documentos revisados.

Constatamos, ainda, que os sentidos de cuidado apontam caminhos, autorreguladores e coletivos, a fim de promover a maturidade necessária à preservação da vida no planeta. Mencionamos, dentre esses, o apelo a uma ética sensível gerida no contexto da paz, que precisa ser garantida mediante a coexistência, a cooperação e o diálogo a fim de criar novos modos de vida que atendam as necessidades da comuna terrestre. A necessidade de integrar a visão interdisciplinar a fim de encontrar soluções e gerenciar recursos que respondam às necessidades de uma sociedade que aumenta seu grau de complexidade. O protagonismo da educação como formadora de valores, promotora de ação social transformadora, junto como o questionamento do papel atual dos sistemas educativos e o imperativo de reformulá-los. A crítica ao paradigma tecnicista e a proposta de ressignificar a economia e o progresso.

Como pudemos corroborar, a abrangência de assuntos tratados nos documentos parece tocar na íntegra a experiência humana, ora pelo novo que precisamos adquirir, ora pelas sensibilidades que precisamos recuperar.

Quanto ao novo, encontramos nos documentos um sentido de urgência que nos impele a procurar respostas inovadoras. Ao falarmos de inovação tomamos o conceito ampliado utilizado por Sauvé (2016, p. 294), no qual “A ideia de inova o abarca tanto sobre a inova o tecnológica como a inova o cultural, econ mica, legal, política... pela mudança das práticas e dos modos de vida”. Isso implica, como refere a cita o abaixo

pensar criativamente e reconstruir a rela o (eco)n mica para com o mundo, como uma dimensão integrante da dinâmica social, da economia endógena e solidária, contribuindo para as diversas formas de inova o socioecológica que permitem melhor viver juntos em nossa Terra: inovar para inscrever a produ o e o consumo no ciclo dos processos ecológicos, inovar para melhor repartir, inovar para celebrar nossa inser o criativa neste mundo frágil, mas fascinante de diversidades e possibilidades (SAUVÉ, op.cit. 295).

A respeito das sensibilidades que precisamos recuperar   nítido, sobretudo na Carta da Terra e na Enc lica Papal *Laudato si*, a chamada ao sagrado,   espiritualidade e   reverência pelo mistério da vida. Neste quesito, os nossos ancestrais tem muito a ensinar. Sagrado, espiritualidade e mistério foram para eles condi o existencial na medida em que homem-natureza-sacralidade compunham a totalidade criadora que sustentava a vida comunitária, como explica Dittrich ao tratar de culturas pr -socráticas (2001, p. 84)

Os povos antigos, com suas organiza es tribais e sua visão mitológica da vida, já viam a natureza como um todo dinâmico, dirigido por uma força criadora poderosa originada da Deusa-Mãe de tudo e de todos. Sentiam, percebiam a natureza como um grande corpo (organismo vivo) que se revelava a partir de uma grande dança criadora de tudo e todos.

Frente a isso, podemos afirmar que a sociedade contemporânea, vai   contramão. A experiência de separa o   tão profunda que a humanidade encontra-se imersa em nuvens contextuais de esvaziamento de sentido. O homem contemporâneo, separado da força criadora imanente   Terra,   capturado por tecnologias desenfreadas que o submetem a processos de esfarelamento, de dissolu o de si. Corrobora Agamben (2009) quando discute o efeito social das tecnologias, denominadas por ele de dispositivos hiodernos, tais como a televisão, os celulares, a internet, produtores todos de processos de desubjetiva o¹. O autor afirma que "as sociedades contemporâneas se apresentam assim [por conta da rela o com esses dispositivos] como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetiva o que não correspondem a nenhuma subjetiva o

real", e isso nos torna o "corpo social mais dócil e frágil jamais constituído na história da humanidade" (AGAMBEN, 2009, p. 48. – grifo nosso).

Posto isso, e frente ao que nos ocupa, integrar a compreensão das práticas pré-patriarcais, tais como a conexão com a natureza, o mistério, e o sagrado, às discussões da EA, percebemos que a via do conhecimento lógico-racional não é suficiente. Dois argumentos contundentes sustentam essa prerrogativa: a intoxicação tecnológica e o ocultamento de evidências.

O primeiro, acima já referido, delata as tecnologias de aferição de consciências lançadas em forma maciça, das quais não mais podemos prescindir, nem delas fugir. Ainda quando de fato nos enfraquecem, nossa mente as procura em um exercício contínuo de submissão passiva (AGAMBEN, 2009).

O outro sinaliza o obscurecimento sistemático e distorção de dados, do que outrora fosse um modo de vida comunitário salutar, com um único propósito de manter o *status quo* (EISLER, 1998).

Consideramos, portanto, que desprezar importantes contributos referenciais de ativação de memória, tais como os que foram apresentados, seja por ocultamento, seja por deformação, nos fala de uma racionalidade que se sustenta na fragmentação, e na qual não podemos confiar para reatar com a vida.

Claro está nas contribuições arqueológicas e interpretativas de André Leroi-Gourham (1968), Marija Gimbutas (1997) e James Mellart (2001), e as sistematizações conceituais minuciosas realizadas por Riane Eisler (1998) que, antes de qualquer coisa, as civilizações pré-patriarcais viviam em sintonia com a natureza. Apontamentos recentes sobre algumas civilizações ocidentais denotam a mesma questão. Vejamos a citação abaixo

Estudando a história de algumas civilizações ocidentais que demarcaram com sua presença suas identidades, temos nelas um traço comum no que concerne a questões ecológicas: uma profunda sintonia natureza-humanidade. Nesse sentido, vemos que as civilizações: grega pré-socrática (Europa), maia (América do Sul e Central), asteca (América Central), inca (América do Sul), guarani (América do Sul – Brasil), kaingang (América do Sul – Brasil), com sua pluralidade cultural e suas amplas dimensões transcendentais expressas em suas crenças, não apenas habitaram ou ocuparam lugares no cosmos, mas viveram em profunda sintonia com ele (PEREIRA, 2016, p. 139).

Compreendemos como isso que os antigos possuíam um saber vital, uma sintonia com os processos naturais, que lhes dotava da habilidade de saber habitar.

Entramos aqui em um terreno básico, na sua acepção de fundamental, trata-se da corporeidade, a materialidade do corpo e seus sentidos como passaporte à sabedoria

primordial. É o corpo integrado à terra, à experiência da vida, que permitia aos antigos aceder a natureza mantendo com ela uma sintonia densa, pois corpo e natureza não estavam separados. Depreende-se de isso um saber sensível, anterior à razão lógica, que implica em apreender o mundo estando imersos em uma experiência de primeira mão, (DUARTE JUNIOR, 2000).

Trazer à cena nossa corporeidade/sensibilidade é animar-nos a apreender o mundo de maneira ampla. Maffesoli (1998) deixa claro esse ponto quando trata dos dois polos da inteligência humana, e descreve as decorrências de privilegiar um ou outro polo, o abstrato ou o sensível, como podemos ler a seguir

O primeiro [polo], abstrato, que deriva infalivelmente para o dogmatismo, a intolerância, a escolástica; o segundo, mais encarnado, atento ao sensível, à criação natural, e que se empenha o mais possível em evitar a separação. Ao privilegiar-se este segundo pólo, não se está de modo algum preconizando qualquer abdicação do intelecto, mas, sim, prevenindo contra um estreitamento da faculdade de compreender... (MAFFESOLI, 1998, p.40 - grifo nosso)

Consideramos que disso se trate a provocação de Merleau-Ponty (2000, p.167) quando insinua um “voltar às coisas mesmas”, e de isso, ao menos de início, se trate esta visitação ao passado, uma maneira de evitar o estreitamento da faculdade de compreender. Logo, um movimento de resistência ao apequenamento do humano e de seu habitat, em vista de que a natureza sentida preserva-se de ser racionalizada.

Em suma, voltar aos antigos a fim de compreender como é que se vive em um mundo vindo à luz pelas entranhas da Deusa-Mãe - força criadora imanente à terra, pode considerar-se contributo fundamental na inversão axiológica apontada por Pereira (2016) como o grande desafio da Educação Ambiental. Isto porque, quando se acessa o mundo pelas vias da corporeidade, no qual a natureza que nos habita não se separa da natureza que habitamos, “a efetivação de um novo acordo natureza-homem, para que, quem sabe, possamos salvar a vida no planeta” (PEREIRA, 2016, P. 158), torna-se uma possibilidade existencial.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; SOUZA-LIMA, José Edmilson. Educação ambiental: breves considerações epistemológicas. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, vol. 8, n.4, jan - jun, 2015. Disponível em: <

<http://www.grupouninter.com.br/web/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/artic/e/view/421/262>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, v. 1, p. 13-24, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/99279/97695>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa.

UNirevista, vol.1, nº1: 32-46, jan., 2006. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/doc/306857374/127934290-Analise-Documental-PDF>> . Acesso em: 11 maio 2016.

DITTRICH, Maria Glória. **Natureza e criatividade: o ensino da arte pictórica**. Itajaí: UNIVALI, 2001.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos**. 5. ed. Curitiba: Criar, 2010.

EISLER, Riane Tennenhaus. **O Cálice e a espada: Nossa história, nosso futuro**. Rio de Janeiro, Imago editora, 1998. Disponível em:

<<https://universo10.files.wordpress.com/2010/11/riane-eisler-o-cc3a1lice-e-a-espada.pdf>>

Acesso em: 3 de abr. 2016.

GIMBUTAS, Marija Alseikaite. The living goddesses. In// DEXTER, Miriam Robins (Org.). **The living goddesses**. Estados Unidos de América: University of California Press.1997.

GONZALEZ-GAUDIANO, Edgar Javier; KATRA, Lyle Figueroa de. Valores e educação ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção. **ResearchGate**,

nov., 2009. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/277837900>>.

Acesso em: 3 de abr. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. Mudanças climáticas e ensino superior: a combinação entre pesquisa e educação. **Educação**, n.3, p.57-72, 2014. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe3/a05nspe3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

LEROI-GOURHAN, Andre. **La Préhistoire**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Tradução Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

MELLART, J. Le néolithique et le chalcolithique en Asie occidentale (depuis il y a 12 000 ans jusqu'à il y a 5 000 ans). In// UNESCO (Org.). **History of Humanity – Vol I :**

Prehistory and the Beginning of Civilization Publié par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture. Paris et Routledge, Londres, 2000, cap. 41, p.

- 1026-1065. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001210/121055f.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. Tradução de José Arthur Gianotti e Armando Mora de Oliveira. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- NOBLE, Vicky. **Madre Paz: Un camino hacia la Diosa a través del Mito, Arte e Tarot**. Editorial: Cuatro Vientos, Santiago de Chile, 1991.
- PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si'***: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
- PEREIRA, Vilmar Alves. ECOLOGIA COSMOCENA: uma perspectiva ontológica para Educação Ambiental **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E** -ISSN 1517-1256, Ed. Especial, julho/2016, p.139 -162. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5965>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- ROCKSTRÖM, Johan *et. al.* Safe Operating spece for humanity. **Nature**. v.461, n. 461, n. 24, p. 471-475, set., 2009. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/full/461472a.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SAUVÉ, Lucie. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 16 - n. 2 - Itajaí, mai-ago 2016, p.288-299. Disponível em: <<http://www.univali.br/periodicos>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- TEASS. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/teassrg.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- UNESCO; PNUMA. **Carta de Belgrado**. Colóquio sobre Educação Ambiental, 13 a 22 de outubro de 1975. Disponível em:<http://www.esac.pt/abelho/EdAmbiental/carta_de_Belgrado.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- _____. **Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília, DF: IBAMA, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000249&pid=S0104-4036201000040000400074&lng=en>. Acesso em: 6 jun. 2016.
- _____. **Carta da Terra**, 2003. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/espaco-carta-da-terra/o-que-e-a-carta-da-terra>>. Acesso em: 6 jun.2016

*Submetido em: 24-08-2016.
Publicado em: 07-12-2016.*